

# ÍNDICE

## Parte I

### FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO

1. A Constituição Federal como gênese do direito ambiental brasileiro: fundamentos e objetivos da República Federativa do Brasil .....	21
2. Brasileiros e estrangeiros residentes no País como destinatários dos direitos e deveres individuais e coletivos no âmbito constitucional e o direito ambiental brasileiro.....	24
3. Os direitos e deveres constitucionais coletivos, a proteção dos interesses difusos e coletivos e o direito ambiental brasileiro.....	25
4. O direito ao meio ambiente em face do art. 225 da Constituição Federal.....	26
4.1. A existência no plano constitucional do direito material ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito de todos: o primeiro aspecto fundamental quanto ao conteúdo do art. 225 da Constituição Federal .....	27
4.2. A existência no plano constitucional do bem ambiental destinado ao uso comum do povo: o segundo aspecto fundamental quanto ao conteúdo do art. 225 da Constituição Federal .....	30
4.3. A Carta Magna impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado: o terceiro aspecto fundamental quanto ao conteúdo do art. 225 da Constituição Federal .....	33

4.4. A defesa e preservação do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações: o quarto aspecto fundamental quanto ao conteúdo do art. 225 da Constituição Federal.....	34
5. A tutela constitucional do patrimônio genético no direito ambiental brasileiro .....	35
6. A tutela constitucional do meio ambiente cultural no direito ambiental brasileiro .....	37
7. A tutela constitucional do meio ambiente artificial no direito ambiental brasileiro .....	40
8. A tutela constitucional do meio ambiente do trabalho no direito ambiental brasileiro .....	44
9. A tutela constitucional do meio ambiente natural no direito ambiental brasileiro .....	45

## Parte II

### O DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO COMO INSTRUMENTO VINCULADO À TUTELA DOS BENS AMBIENTAIS

1. Introdução.....	49
1.1. Direito ambiental tributário ou direito tributário ambiental? .....	51
2. O sistema constitucional tributário e seus princípios gerais: a dignidade da pessoa humana como fundamento destinado a interpretar os impostos, as taxas e a contribuição de melhoria .....	59
3. Aspectos gerais sobre a competência em matéria tributária	68
4. As características da competência em matéria tributária ...	69
4.1. A privatividade .....	69
4.2. A indelegabilidade.....	71
4.3. A incaducabilidade .....	71
4.4. A inalterabilidade .....	72
4.5. A irrenunciabilidade.....	72

4.6. A facultatividade do exercício da competência tributária .....	73
5. A norma jurídica tributária: a relevância dos aspectos que compõem a chamada hipótese de incidência tributária .....	74
6. Os aspectos essenciais da hipótese de incidência tributária.....	77
7. A classificação dos tributos: impostos, taxas e contribuição de melhoria .....	78
8. Os impostos, as taxas e a contribuição de melhoria como instrumentos destinados a tutelar bens ambientais.....	79
8.1. Os tributos em face das cidades.....	88
8.1.1. O IPTU progressivo no tempo como instrumento da política urbana em face do direito ambiental tributário .....	88
8.1.2. Aspectos gerais acerca do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana — o IPTU .....	88
8.1.3. O aspecto pessoal da hipótese de incidência do IPTU — o sujeito ativo e o sujeito passivo .....	90
8.1.4. O aspecto temporal da hipótese de incidência do IPTU .....	92
8.1.5. O aspecto espacial da hipótese de incidência do IPTU .....	93
8.1.6. O aspecto material da hipótese de incidência do IPTU — o conceito de propriedade de acordo com a Constituição Federal.....	104
8.1.7. O aspecto quantitativo da hipótese de incidência do IPTU: a base de cálculo e a alíquota.....	110
8.1.7.1. A base de cálculo do IPTU.....	110
8.1.7.2. A alíquota do IPTU e a progressividade instituída pela Emenda Constitucional n. 29/2000.....	112
8.1.8. A progressividade do IPTU no âmbito dos arts. 156 e 182 da Constituição Federal.....	118
8.1.9. O ITR — Imposto Territorial Rural como instrumento de implementação dos valores e princípios do direito ambiental tributário.....	125
8.2. Os tributos em face do patrimônio cultural .....	137
8.3. Os tributos em face da saúde.....	143

8.4. Os tributos em face dos recursos naturais .....	147
8.4.1. O ITR ambiental.....	149
8.4.2. O ICMS ambiental .....	150
8.4.3. A Taxa Ambiental.....	155
8.5. Os tributos em face do patrimônio genético .....	158
8.6. Os tributos em face da energia.....	161
9. Considerações sobre alguns dos princípios constitucionais que regem o direito ambiental tributário.....	167
9.1. O princípio da proporcionalidade .....	170
9.2. O princípio da igualdade.....	175
9.3. O princípio da legalidade .....	179
9.4. O princípio da capacidade contributiva.....	181
10. A proposta de reforma “tributária ambiental” .....	185
<i>Bibliografia</i> .....	189